

CONFERÊNCIA

MÉXICO PRÉ-COLOMBIANO: ASPECTOS DA CIVILIZAÇÃO DO POVO “AZTECA” (*).

O México, como todos sabem, situado na América do Norte, ao sul dos Estados Unidos da América, teve uma evolução social e histórica bem diferente de sua irmã do Norte. A explicação dada de uma maneira simplista, vamos encontrá-la não só na diferença do povo colonizador e da massa de imigrantes europeus que ocorreu a um e outro lugar, como e principalmente, devido aos antecedentes dos povos indígenas aí encontrados, quase dizimados que foram ao norte, assimilados ao sul.

Porque é preciso não esquecer que o México de hoje é predominantemente índio. De sua população, cerca de 25 milhões de pessoas, quatro quintos são índios ou mestiços, sendo que pode calcular-se, sem grande margem de erro, que trinta a quarenta por cento são índios de sangue puro.

Assim, como homenagem ao nosso povo irmão, pretendemos aqui focalizar aspectos da civilização dos *aztecas*, na época logo anterior à conquista espanhola (século XVI), civilização essa que deslumbrou os conquistadores que, embora vencendo-os, mercê de uma superioridade bélica e tática, não deixaram nunca de respeitá-los.

E, para bem compreender esse povo, que em pouco mais de 100 anos passa do estado de tribo errante ao de um império poderoso, vamos procurar estudar sua sociedade, em seus múltiplos aspectos e, por assim dizer, procurar surpreendê-lo em seus afazeres, em seus empreendimentos, em sua própria vida.

(*) — Conferência pronunciada no Instituto de Educação “Dr. Alvaro Guião”, no dia 12 de outubro de 1961, sob os auspícios do Centro de Debates do Rotary Clube de São Carlos.

A sociedade mexicana era predominantemente militar. Sua prosperidade econômica e o prestígio e valimento que gozava junto às tribos vizinhas eram baseados na força de suas armas.

Todos os homens da tribo eram obrigatoriamente guerreiros, pois não existia nenhum exército permanente. Sua hierarquia tinha, assim, raízes nas honras e recompensas militares. E, como o principal fim da guerra, além da cobrança dos tributos, era a captura de prisioneiros para o sacrifício nos altares do Deus da Guerra — **Huitzilopochtli** — havia um sistema de honrarias que se baseava no número de prisioneiros feitos, dividindo os guerreiros em várias classes, com insígnias e privilégios distintivos, como veremos mais adiante.

Assim, havia nitidamente, na sociedade azteca, duas classes: a dos homens comuns ou plebeus e a dos Senhores Honorários ou Cavaleiros, que se pode assemelhar à nobreza.

Mas, às vésperas da chegada dos espanhóis, estava-se processando uma evolução, com diversificação dentro das mesmas classes e com o aparecimento de uma nova classe, espécie de burguesia, que era a dos **pochtecas**, isto é, os comerciantes.

Desta forma, na época pré-cortesiana, podemos distinguir uma classe dirigente, composta de uma nobreza guerreira, funcionários e sacerdotes; uma classe intermediária, espécie de burguesia, a dos comerciantes; e finalmente a dos homens comuns ou plebeus, na qual, assim mesmo, podemos distinguir os artesãos e a plebe propriamente dita. Abaixo desta estavam os escravos e acima de tudo o Soberano, assessorado por um Conselho de Anciãos.

Vamos, pois, procurar surpreender as diversas classes sociais que constituía a sociedade mexicana de então.

A **nobreza**, por exemplo, estava vinculada à organização guerreira. O varão, qualquer que fôsse sua origem, desde seu nascimento, está consagrado à guerra. A parteira, ao cortar o cordão umbelical do menino, o enterra junto com um escudo e umas flechas em miniatura.

Aos 7 anos entra para a “Casa dos Jovens” — colégio de educação essencialmente militar. À idade de 10 anos raspa a cabeça, deixando apenas uma mecha sôbre a nuca — o **piochtl**. Esta mecha, êle a conserva e só poderá cortar quando, já rapaz, entrar em combate e haja feito, pelo menos, um prisioneiro.

Aí corta a mecha sôbre a nuca e deixa crescer uma nova mecha, agora sôbre a orelha direita. Porém, quando depois de mais 2 ou 3 combates não consegue distinguir-se, deve renunciar à carreira das armas — esta carreira que conduz à nobreza — e deverá se consagrar à lavoura ou ao artesanato, tornando-se então um **macehualli**, isto é, um homem comum ou plebeu.

Se, pelo contrário, capturar quatro prisioneiros ou matar em combate quatro inimigos, recebe o título de **tequiua**, participando da distribuição do produto do saque, e alcança, de um pulo, a capa superior da sociedade. Tem acesso, então, aos conselhos dos guerreiros e, o que é importante, pode usar adornos de plumas e braceletes de couro. Desde então, todos os graus superiores estarão ao seu alcance. De acôrdo com seus feitos poderá atingir aos mais altos graus, como os de **quachic**, **chichimeca-aquila** ou **otomítl** e até, finalmente, entrar em uma das duas ordens militares superiores: a dos “cavaleiros tigre” ou a dos “cavaleiros-águia”.

A medida que se eleva na hierarquia militar, êle alcança renome, direito de usar adornos cada vez mais luxuosos, não cultiva a terra como o cidadão comum e, pelo contrário, chega a receber terras dos países conquistados, que são cultivados em seu benefício.

Pode chegar a possuir belas mansões, criados, roupas e jóias esplêndidas. Torna-se rico. Mas, é rico por motivo de suas proezas, porque recebeu honras militares.

Torna-se nobre. No entanto, essa nobreza não o era no sentido europeu, pois que se extinguiu com o seu titular.

Porém, na época da invasão espanhola, essa nobreza tendia a perpetuar-se. Tanto que os filhos do nobre não se tornavam **macehualli**, isto é, plebeus. Tinham um título especial — **Pilli** — que correspondia ao têrmo espanhol **hijo de algo**, fidalgo.

Assim o **Pilli** tinha o direito de freqüentar um colégio de educação superior — o **Calmecac** — em lugar do colégio do bairro, freqüentado pelos filhos do homem do povo.

Também era entre os **Pilli** que o Imperador recrutava os altos funcionários, os juízes e embaixadores. E, desta forma, a pouco e pouco uma nobreza, em moldes especiais, estava se formando. Dizemos em moldes especiais porque poderia durar apenas uma geração, porque se o **Pilli**, apesar de tôdas as facilidades, não chegasse a se distinguir por seus feitos, em qualquer

terreno, nada teria a transferir a seus filhos que, então, teriam de começar tudo de novo.

Pertenciam também à classe dirigente os funcionários, que podemos distinguir em três categorias: os governadores de certas cidades, os administradores e recolhedores de impostos e os juizes. Esses funcionários, já o acentuamos, eram em geral recrutados pelo Imperador na classe dos **Pilli**.

Os governadores, com títulos diversos, **tlacochtecutli**, o dignitário dos dardos, por exemplo, tinham atribuições civis e administrativas e, conforme o lugar, também o comando da guarnição militar.

Já os administradores e recolhedores de impostos, conhecidos pelo termo genérico de **Calpixque**, deviam obrigar os plebeus a cultivar as terras destinadas ao pagamento dos impostos, assim como receber grãos, mercadorias e produtos que cada província devia remeter a intervalos fixos, e bem assim, enviá-los a salvo até o México.

Também estava dentro de suas atribuições informar o imperador sobre o estado do cultivo da terra e do comércio. Em caso de escassez de gêneros, com ordem do soberano, excluía a província do pagamento de impostos e mandava franquear os celeiros públicos para distribuição de víveres à população.

Finalmente, destacamos os “juizes”, que eram recrutados pelo Soberano com muito cuidado. Investigações cuidadosas eram feitas a fim de evitar que fossem eles amigos de bebidas, ou de receber presentes ou muito agradáveis ou parciais. Aqui o cargo fugia à regra geral de escôlha entre os **Pilli**. O Soberano escolhia os juizes entre os dignitários experimentados, isto é, dentro da nobreza, ou entre a gente do povo. Em Texcoco, por exemplo, metade dos juizes era de famílias nobres e a outra metade de famílias do tipo plebeu. Era uma classe muito respeitada e de autoridade incontestada. Dispunham os juizes, para isso, de uma polícia própria que, à sua ordem, poderiam prender quem quer que fosse, inclusive os nobres, não importa onde. Tinham escritvães que registravam cada causa, as pretensões de cada parte, os testemunhos e as sentenças.

Recebiam honras extraordinárias, porém deviam a elas responder, com a uma vida sem mácula. Em caso de subôrno, verificado este, eram logo destituídos e, conforme o caso, castigados até com a perda da própria vida. Conta-se o caso de um juiz, em Texcoco, que foi executado porque favoreceu injustamente um nobre em detrimento de um homem do povo.

Na classe dirigente havia duas hierarquias paralelas: uma que conquista, administra e julga, e outra que faz descer sobre o mundo os benefícios dos Deuses — são os **sacerdotes**.

A rigor a classe sacerdotal devia recrutar-se inteiramente na nobreza, pois que a educação e o noviciado eram recebidos no **Calmecac** — mosteiro-colégio — franqueado quase exclusivamente aos **Pilli**, filhos de nobres. Entretanto, os filhos de comerciantes poderiam ser admitidos no **Calmecac**, a título extraordinário. E, bem assim, algum jovem plebeu, se demonstrasse qualidades extraordinárias para o sacerdócio, poderia excepcionalmente se transferir de seu colégio do bairro para o **Calmecac**.

O jovem — **Pilli**, filho de comerciante ou por exceção de plebeu — entra bem cedo para o **Calmecac** — o mosteiro colégio. Depois de certa idade torna-se noviço, isto é, pequeno sacerdote e era consagrado a **Quetzalcóatl**, o Deus por excelência dos sacerdotes. À idade de 22 anos devia decidir-se. Ou saía para a vida comum e casava-se, ou se dedicava à carreira sacerdotal e nesse caso o celibato era obrigatório.

Convertia-se em sacerdote, tornando-se **Quacuilli**, ou sacerdote comum. Suas funções restringiam-se a dirigir os serviços de um templo no bairro, ou eram designados para ajudar nos serviços do culto, ou para tocar o tambor sagrado nas cerimônias religiosas.

Acima destes, num escalão superior, estavam os **Tlenamacac**, que podiam fazer parte do corpo eleitoral que designava o imperador e, entre êles, estavam os dignitários mais altos da Igreja Mexicana.

E na cúspide havia dois grandes pontífices. Um, o “Serpente de Plumas, sacerdote de Nosso Senhor”, encarregado do culto de **Huitzilopochtli**, o Deus da Guerra e outro o “Serpente de Plumas, sacerdote de **Tlaloc**”, dedicado ao culto de **Tlaloc**, Deus das Chuvas.

Ambos eram muito venerados, até pelo próprio Imperador, que ia visitá-los freqüentemente, e todos os sacerdotes, qualquer que fôsse o grau, a êles estavam subordinados.

O sacerdócio, entretanto, não estava reservado apenas aos homens. As mulheres poderiam vir a ser sacerdotisas. Assim, logo após o nascimento, uma menina poderia ser consagrada ao sacerdócio. Porém só entrava no templo como noviça na adolescência, quando se lhe conferia o título de sacerdotisa. Consagrava-se ao celibato, mas podia casar-se no caso de aparecer casamento. Aí a cerimônia era particularmente solene e a jovem deixava o templo pelo lar.

A maioria, porém, consagrava-se definitivamente ao sacerdócio. No entanto, havia algumas jovens que faziam votos por um ou vários anos, a fim de obter alguma graça particular, tal como sarar de uma doença grave, ou contrair um bom casamento...

Assim, guerreiros, funcionários e sacerdotes têm em comum um papel de direção que desempenham na sociedade e no Estado. Formam a classe dirigente, constantemente reforçada por sangue novo — o dos plebeus, que por seus méritos, podem atingir os mais altos cargos, militares, administrativos ou religiosos.

E' de se notar, no entanto, que das duas classe fundamentais, os sacerdotes vivem na austeridade e na pobreza; e os demais só obtêm a riqueza — terras, casas, escravos, jóias, como consequência dos graus de seus cargos, obtidos pelos seus feitos.

Assim, a riqueza não se busca pela riqueza; mas pelo poder que outorga e certas obrigações de representação. A riqueza é usufruto. Só conta pelo prestígio, pois só através d'êste foi obtida.

Ao contrário, abaixo da classe dirigente, vai surgindo outra, em ascensão, que não só não quer honras nem prestígio, mas até os evita. Seus membros colimam apenas um objetivo: o enriquecimento.

Refiro-me à classe dos **comerciantes**.

Naturalmente que nos mercados, pelas ruas, havia uma multidão de homens e mulheres que se ocupavam do comércio. Camponeses, que vendem verduras, milho e aves; pequenos negociantes que comerciam com panos, sandálias, bebidas e peles; pescadores que todos os dias oferecem à venda peixes, rãs e crustáceos do lago e até mulheres que, nas ruas, oferecem comidas e guizados.

Mas êstes não são comerciantes. O título de comerciante — **Pochteca** — estava reservado para os membros de poderosas organizações que tinham o monopólio do comércio exterior.

Organizavam êles caravanas que iam do Vale Central do México até à costa do Gôlfo do México ou às províncias longínquas do Pacífico. Levavam produtos do México, como panos, mantas de pele de coelho, vestidos de luxo, jóias de ouro, brincos de cobre e de obsidiana, facas de obsidiana, tintura de chichinila, e ervas medicinais ou para fazer perfume. Em troca traziam o jade verde, transparente, esmeraldas, caracóis marinhos, conchas de tartaruga, peles de jaguar ou de puma, ambar

e penas vistosas de papagaio. Assim, exportavam produtos manufaturados e importavam artigos exóticos de luxo.

Muito unidos e coesos organizavam-se em corporações, com sede em umas dez cidades do centro.

Os chefes eram em número de três ou cinco, em geral anciãos, razão por que não tomavam parte nas fadigas e perigos das expedições. Assim, êstes chefes confiam suas mercadorias a **pochtecas** mais jovens, que devem vendê-las por sua conta. A saída e chegada das caravanas eram presididas por êles, com cerimônias especiais, e representavam as corporações junto ao imperador.

Os comerciantes constituíam uma sociedade fechada no seio do conjunto azteca. Gozavam de privilégios, e um dêstes a da aplicação da justiça a seus membros. Possuíam tribunais próprios que dirimiam não só os litígios referentes a negócios, como quaisquer outros, podendo impor tôdas as penas existentes, inclusive a de morte.

Isto deve ser encarado, tanto mais se levarmos em conta que na sociedade mexicana não havia outra exceção, pois os tribunais comuns, do soberano, julgavam igualmente nobres e plebeus.

Havia, porém, entre os chefes supremos e o jovem comerciante que empreende sua primeira expedição, uma hierarquia. Assim, havia os “Senhores Viajantes” que empreendiam grandes e perigosas expedições; os “Comerciantes disfarçados”, que não hesitavam em se disfarçar e aprender a língua de populações hostis, a fim de trazer ambar e plumas de quetzal; e “Os que sitiavam o inimigo”, verdadeiros chefes militares. Porque as expedições, tal fôsse o objetivo, podiam e quase sempre eram perigosíssimas. Para certas tribos longínquas, êles eram considerados como espiões, pois que, quase sempre, depois de uma expedição comercial chegava sempre outra, guerreira, de conquista, a mando do Imperador.

Assim, os **Pochtecas**, embora não fôsem guerreiros, muito pelo contrário, deviam armar-se para defesa própria, já contra a hostilidade de tribos que não haviam ainda sido dominadas, já para se prevenirem contra salteadores de estradas, que também existiam.

Os **Pochtecas** residiam nos mesmos bairros e se uniam uns aos outros pelo matrimônio. Ao contrário da nobreza e dos militares, o cargo de **Pochteca** passava de pais a filhos. E assim como tinham tribunais próprios também tinham seus próprios Deuses e suas festas particulares.

A diferença entre a classe dirigente e a dos comerciantes é que éstos, objetivando a riqueza como fim, desejam e procuram o anonimato, enquanto aquela busca prestígio e funções.

Mas havia uma razão para o anonimato. E' que, realmente, a classe estava em ascensão na sociedade azteca, e a classe dirigente não podia tolerar, como não tolerava, esta subida e início de prestígio. Combatia-os quando, impensadamente, ostentavam suas riquezas. De certa feita, como alguns **pochtecas** se mostrassem orgulhosos de suas riquezas, foram inventados pretextos para destruí-los, embora sem culpa, só por causa de sua altivez e presunção, sendo confiscadas tôdas suas riquezas.

Daí as precauções dos **pochtecas** para dissimular seus bens, procurando fazerem-se despercebidos, com tôda a humildade, embora muitos fôsem mais ricos que muitos nobres.

Mas, embora em evolução lenta, os **pochtecas** subiam em importância na sociedade. Já muitos senhores, de alta linhagem, casavam-se com filhas de mercadores. E não fôsse a invasão espanhola, quem sabe, com o tempo, bem poderiam substituir a classe dirigente no poder.

Classe inferior a dos comerciantes, mas ligada a êles em certo sentido, era a dos **artesãos**. Constituíam uma classe numerosa, com bairros particulares e instituições próprias. Como os **pochtecas** transmitiam suas artes de pais para filhos.

Havia oficiais pintores, lapidários, carpinteiros, curtidores, trabalhadores em cerâmica, fiadeiros e tecelãos, todos habilíssimos em suas artes, além dos tecedores de plumas, dos ourives e joalheiros, que eram tidos em grande conta.

Para bem se avaliar o grau de perfeição dos trabalhos dêsses artesãos, basta dizer que um viajor do século XVI — Alberto Durero — que teve ocasião de ver na Bélgica objetos mexicanos que Cortez enviara a Carlos V, em 1520, se manifestou dessa maneira:

“Êstes objetos são tão preciosos que se pode avaliar seu valor em cem mil florins. Em minha vida não tenho visto coisas que me alegrassem tanto ao coração como êsses obeitos, pois neles encontrei uma arte admirável e fiquei surprêso com o gênio sutil que têm essas gentes dêsses países estrangeiros”.

Êsses artesãos, socialmente colocados acima da massa dos plebeus, pagavam impostos, mas, como os comerciantes, estavam isentos dos trabalhos agrícolas. Eram organizados em corporações, em que cada profissão votava um culto a uma

divindade especial, talqualmente como as corporações de ofícios europeias da Idade Média, e seus chefes os representavam ante o poder central e a Justiça.

Trabalhavam, uns, por conta do soberano, no Palácio, enquanto outros em suas casas recebiam pedras, plumas ou metal das mãos dos nobres ou dos comerciantes, transformando-os em jóias ou adornos.

Sua condição social era modesta, mas não isenta de certa consideração. Recebiam, às vêzes, dignitários jovens em suas casas, que, por exercício ou por recreação, os procuravam para aprender o ofício.

Eram de certa forma felizes porque, ao contrário dos comerciantes, não eram ambiciosos e não pretendiam ascender na hierarquia social.

Assim não existia a tensão que havia entre a classe dirigente e a dos **pochtecas**, nem os hábitos de dissimulação destes.

Nesse sentido podemos dizer que a classe dos comerciantes era dinâmica, enquanto a artesã era estática. Contentava-se em ocupar, na escala social, o grau imediato superior ao povo sem privilégios, isto é, os **plebeus**.

Dizer, entretanto, que os **plebeus** não gozavam de privilégios, é força de expressão. Estavam, é verdade, exceptuados os escravos, no último escalão da sociedade. Mas, embora humilde, sua situação não carecia de certa dignidade, pois, como já tivemos ocasião de acentuar, os plebeus, por valor próprio, podiam alcançar os mais altos postos e situarem-se na camada mais alta da sociedade de então.

O plebeu — **macehualli** — cidadão com plenos direitos em sua tribo e em seu bairro, ao casar-se recebia obrigatoriamente um terreno em usufruto, no qual levanta sua casa, e uma parcela de terras que cultiva.

E' obrigado ao serviço militar, que o mexicano não considerava uma carga e sim uma honra, e era chamado, de vez em quando, para prestar serviços de corvéia, como os de limpeza, conservação ou construção de estradas ou de pontes ou para a edificação de templos.

Pagavam impostos na proporção do que produziam, isto é, de tudo que colhiam ou criavam, de três, entregavam um.

Assim pagavam impostos, que soiam ser milho, ovos, galinhas, cacau, sal, mantas e roupas.

Os plebeus, pois, recebiam terras, porém com a obrigação de cultivá-las. Tanto que, se as terras ficassem abandonadas por

dois anos, voltavam para a comunidade, mas seu detentor perdia seus direitos civis e ia integrar a classe dos “proletários sem bens” — os **tlacotin** — obrigados a alugar seus braços, em serviços pesados, como os de carregadores, ou mesmo na lavoura. Os espanhóis os assemelharam aos escravos, embora não o fôsem, pois os escravos eram recrutados de forma diferente, como veremos mais adiante.

Porém os plebeus, além das oportunidades de se elevarem na sociedade, através principalmente da carreira militar, podiam ainda aspirar a postos mais modestos, como os de polícias, mensageiros e funcionários inferiores de tôdas as classes. Bastava que fôsem afilhados de grandes personagens, que assim os favoreciam.

E, ainda, a vida de um plebeu poderia transformar-se, no caso de ser favorecido pelo soberano ou por uma mulher nobre. Por exemplo, cita-se o caso de um jardineiro, no reinado de Montezuma II, que teve a audácia de fazer uma reclamação ao imperador. Este, impressionado por sua honradez e altivez, transformou-o em Grande Senhor.

Havia ainda uma classe de camponeses sem terra, que trabalhavam para outros em terras designadas, e que não eram nem **macehualli**, nem **tlacotin**. A origem, talvez viesse de camponeses deslocados pelas guerras ou golpes de Estado frequentes, ou talvez que, quando os Senhores aztecas distribuíam terras de cidades vencidas aos seus guerreiros, certas famílias nelas ficassem.

O fato é que essas famílias, não pertencendo à classe dos plebeus, não tem os seus direitos, mas também não tem suas obrigações. São, por assim dizer, uma espécie de “servos da gleba”, não podendo ausentar-se da terra. Em compensação não pagam impostos, não fazem serviços de corvéia, não dependem da cidade ou da comunidade, e apenas de quem lhe concedeu a terra.

Todavia sua situação social os aproxima do plebeu. Estão obrigados ao serviço militar, e sob o ponto de vista judicial, tanto no civil como no criminal, estão sob jurisdição direta do Soberano.

Apesar das limitações são homens livres.

Diferente era a situação dos **escravos**, muito embora a instituição da escravidão, entre os aztecas, fôsse diferente da sua símile européia.

Desde logo importa distinguir os escravos dos cativos de guerra. Os espanhóis os confundiram a princípio e muitos cronistas se referem a ambos como se fôsem iguais.

Entretanto o estado social do cativo de guerra era superior ao do escravo, embora se destinasse sempre à pedra do sacrifício. E' que êle no momento de ser imolado representava o próprio Deus a quem era ofertado.

Na guerra cogitava-se mais de fazer prisioneiros do que matar inimigos. Êsses prisioneiros não se resgatavam nunca, pois exigia a lei que cada um sacrificasse seus próprios cativos. Eram então guardados para o dia do sacrifício, encerrados em jaulas, e bem alimentados e tratados, a fim de que estivessem em boas condições quando comparecessem diante de Deus.

Os aztecas, em sua superstição, acreditavam que os Deuses dependiam do fornecimento abundante de sangue para se manterem jovens e fortes. Sem o que se tornariam velhos e debilitados e, assim, incapacitados para executar suas múltiplas funções, entre as quais, a de mandar chuva e fazer amadurecer as colheitas. Daí a sangueira que se verificava nas práticas de seu culto.

Os espanhóis equívocaram-se a princípio, porque escravos também eram sacrificados aos Deuses. Mas isso era exceção. Só os escravos desobedientes, preguiçosos, reincidentes é que eram, por isso, levados ao mercado especial para serem vendidos, e os que aí os compravam os destinavam ao sacrifício, em virtude de voto ou para invocar mercês de algum Deus.

Feita essa distinção, vejamos como se recrutavam escravos na sociedade mexicana.

De uma forma geral o ingresso na escravidão se dava de duas maneiras: em virtude de penas por crimes cometidos ou em razão de pobreza ou vícios.

Dos crimes cometidos, o mais abjeto, para os aztecas era a traição ao seu país. O traidor era morto, depois de mutilado em vida, e todos os seus parentes, até a quarta geração, tornavam-se escravos.

O homicídio era castigado com a morte. Se a vítima tinha mulher e esta perdoava o criminoso, tornava-se êle escravo da viúva. Se o assassinado fôsse um escravo, o assassino ocupava o lugar do morto.

O furto também dava origem à escravidão. Se o ladrão não havia gasto o produto do roubo tornava-se escravo da vítima, porém se o havia gasto e era coisa de valor, devia morrer. Se o furto de objetos de valor, como jóias e mantas, era ocorrido no mercado público, os guardas do mercado procuravam com empêno o ladrão; o primeiro que o encontrasse o fazia seu escravo. Isso no caso de encontrar ainda em seu

poder a coisa furtada, porque, do contrário, o matava a pauladas.

O que roubasse um menino livre para vendê-lo como escravo, tornava-se escravo por sua vez. Se havia cúmplices, todos se tornavam escravos e se repartiam entre o comprador do menino, os pais da criança e o descobridor do fato.

A pobreza extrema podia gerar a escravidão. Pessoas pobres, apertadas pela fome, costumavam vender-se e a seus filhos e tal gênero de escravidão devia se entender por perpétua, pois os vendidos deviam sua vida ao Senhor que os comprava.

Também duas famílias, por pobreza, podiam se comprometer a ter sempre um escravo em casa de um Senhor, e o produto da venda era repartido entre as duas. Se o escravo se cansava de servir ou chegava o termo de sua desdita, segundo combinação prévia, as duas famílias se concertavam então para substituí-lo com outro membro de uma ou outra família. Assim, a servidão passava de uma geração à outra, tornando-se hereditária. Terminava, apenas, se o escravo morresse em casa do Senhor, razão por que êste evitava sempre que o escravo dormisse na casa, dispensando-o sempre que seus serviços estavam terminados.

Outros meios de ingresso na escravidão eram dívidas e prazeres.

Qualquer devedor insolvente podia tornar-se escravo. A entrega que fazia o devedor de sua pessoa ao credor equivalia a uma dação em pagamento. Se a dívida era do Estado, por falta de pagamento de tributos, eram os devedores escravizados pelos recebedores de impostos.

O jôgo e a embriaguez davam causa também à escravidão. Muitas vêzes o jogador perdia quanto tinha, jogando então a própria liberdade. Alguns, dados ao vício da bebida, e não tendo dinheiro, vendiam-se, e depois de gastarem o preço de sua liberdade em bebidas, ingressavam no serviço de seus amos.

Assim também certas rameiras que precisavam vestir-se de forma atraente, o que lhes ocasionava grandes gastos. Como se entregavam a êsse modo de vida por vício e não por dinheiro, e como não podiam prescindir de roupas galantes, faziam-se escravas com a condição de só se submeterem a seus amos depois de gasto em vestidos o preço por que se tinham vendido.

Fica assim ressaltada a apreciável diferença que havia entre os escravos europeus e os escravos aztecas. Porém há

mais. A escravidão no sentido europeu significava que a pessoa do servo era propriedade do amo, ou melhor, de acôrdo com o Direito Romano, carecia de direitos patrimoniais e podia ser objeto de contrato. O estado social da escravidão entre os mexicanos era diverso. Êles podiam casar-se, ter filhos, que já nasciam livres, ter pecúlio e, ademais, comprar escravos por sua vez, para que trabalhassem para si, sem que os amos pudessem interferir ou impedir. Bastava para isso que fôsem trabalhadores e diligentes.

Ao contrário do escravo europeu, o escravo azteca não podia ser vendido sem seu consentimento. Tanto que para a consumação da venda se exigia o testemunho de pelo menos quatro pessoas. Isso porque, como não havia contratos que obrigassem, as testemunhas eram a única prova legal que existia das vendas. A venda de escravos noutras condições, isto é, sem seu consentimento, só se verificava, como já expusemos, quando o escravo era preguiçoso, fujão ou vicioso, mas, mesmo assim, antes de vendê-lo, seu amo devia admoestá-lo três vêzes ante testemunhas e, se não emendasse, poderia vendê-lo no mercado de escravos para os sacrifícios.

Em geral eram os **pochtecas** e os artesãos, que não iam a guerra, e portanto não podiam ter prisioneiros, que os compravam para oferecê-los em sacrifício aos seus Deuses.

As relações entre amos e escravos eram as mais amistosas possíveis. havia certas festas religiosas em que senhores e escravos ofereciam juntos sacrifícios nas encruzilhadas das ruas e comiam à mesma mesa. Os escravos podiam, mesmo, casar-se com seus amos ou amas; o caso era corrente e essa era uma das formas que existiam para a saída da escravidão.

E' que na escravidão, entre os aztecas,

“o escravo não perdia sua liberdade, nem seus bens, senão que era como gente alugada **in perpetuum** e a única coisa que empenhava na venda era o seu trabalho”.

Quanto à natureza do trabalho devido pelo escravo aos seus amos podemos distinguir uma certa especialização, porquanto havia o grupo dos que se destinavam ao transporte de materiais de construção, pedras e madeiras, o dos “serviços pessoais” dentro das casas e o que trabalhava nos campos, lavrando, semeando e colhendo. A distinção não era formal pois que os escravos de um grupo passavam para outro se havia necessidade.

Porém, o grupo mais importante era o que se dedicava às fainas agrícolas, pois que muitos Senhores estavam interessados

nas rendas que suas terras produziam, baseando nelas sua economia.

No cimo desta sociedade estava o **Soberano**, assessorado por um Conselho de Anciãos.

Aqui, mister se faz distinguir. Frequentemente temos nos referido ao Soberano, ao Imperador dos aztecas. Mas não era bem assim.

O poder executivo no México estava entregue a dois chefes: um civil e, outro militar. O Chefe Civil, **Cihuacohuatl**, tinha o pôsto executivo mais alto para os assuntos internos, e de sua competência era, principalmente, a cobrança de impostos. O "Chefe militar", "Chefe dos Homens" ou **Tlacatecutli** tinha um papel essencialmente militar, general em chefe de tôdas as fôrças da nação, e os espanhóis assemelharam, por engano, a sua função a de um rei. Com o tempo, na verdade, o **Tlacatecutli**, em virtude de suas próprias funções, cresceu em importância e prestígio dentro da comunidade, recebendo honras realmente dignas de um soberano e, embora o cargo fôsse eletivo, recaia sempre dentro da mesma família ou linhagem. Interessante é que a sucessão recaia não sôbre os filhos do "Chefe dos Homens" falecido, mas sôbre um irmão mais moço ou, na falta, um sobrinho, isto é, filho do **Tlacatecutli** anterior.

Com importância e prestígio sempre crescentes o **Tlacatecutli** foi exigindo cada vez maior obediência. Montezuma II, por exemplo, que era o "Chefe dos Homens" à chegada de Fernando Cortez, o conquistador espanhol, tinha multiplicado as exigências e o cerimonial, vivendo na realidade uma vida de Grande Senhor. Basta apontar que suas vestimentas eram riquíssimas e que suas sandálias tinham a sola de ouro e a parte superior ornada de pedras preciosas.

Possuia um grande palácio — com cem dormitórios e cem salas de banho — onde recebia as homenagens da nobreza e dos grandes chefes. Êstes não se aproximavam de sua pessoa a não ser de pés descalços, olhos baixos e usando vestimentas comuns.

Assim, na verdade, seu poderio era grande, e, geralmente, êle era obedecido sem restrições por nobres e plebeus.

Era, de fato, um verdadeiro Rei.

*

Nesta sociedade azteca que vimos de examinar perfuntoriamente, coexistiam, em princípios do século XVI, níveis de

vida muito diferentes: o luxo sem medidas do soberano, e, em escala menor, da nobreza; os interesses “burgueses” dos comerciantes e a existência frugal dos plebeus.

Para se aquilatar o luxo dos Grandes Senhores, basta citar o Senhor Netzahualpilli, de Texcoco, que possuía imenso harém, com quarenta favoritas, uma das quais, a filha do Soberano Mexicano Axayácatl, tinha a seu serviço apenas duas mil pessoas...

E que dizer de Montezuma II, último Imperador do México, que vivia constantemente rodeado de mais de três mil pessoas, sem falar nas águias, serpentes e jaguares de seu jardim zoológico particular, que consumia diariamente quinhentos perus...

Além disso, cada membro da nobreza, conforme sua hierarquia, também gastava desbragadamente, não só consigo mesmo, como em distribuir alimentos aos pobres, além de sustentar um séquito numeroso.

Não assim os comerciantes, que não faziam ostentação de sua riqueza, a não ser em raras ocasiões em que a tradição e o decôro os obrigavam a se mostrarem generosos. E como levavam uma vida confortável, porém sem ostentação, não tinham séquito, nem clientela como os nobres, podiam formar, e formavam, um “capital”, como diríamos hoje, que, bem movimentado, os enriquecia cada vez mais.

Assim, à chegada dos conquistadores espanhóis, o Império azteca constituía um organismo social e político complexo.

Era um Estado em expansão, uma sociedade que se diversificava, com um regime de propriedade a modificar-se, com o serviço público e a riqueza que começavam a entrar em conflito.

A isto tudo acrescenta-se a formação de uma burguesia que, como no “Antigo Regime” na França, procurava misturar-se com a classe dirigente e que, quem sabe, um dia, haveria de tomar o poder.

Em 1519, com a chegada do invasor espanhol, êsse processo de evolução foi interrompido. Êsse povo brioso e belicoso foi vencido pela superioridade de armas dos invasores, pois que às espadas de aço, às armaduras, aos arcabuzes, aos pequenos canhões, opunham apenas flechas, maças, espadas de obsidiana, que se inutilizavam depois de meia dúzia de pancadas, e escudos alcochoados com algodão.

Foram vencidos, nunca dominados completamente, e quatro séculos mais tarde seus descendentes conseguem novamente liberdade e independência, talhando uma nação que, hoje, se ombréia de igual para igual, com suas irmãs latinas (*).

ASTROGILDO RODRIGUES DE MELLO

Professor de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(*) — Para organizar a presente conferência, valemo-nos, entre outras, das seguintes obras: Frei Bernardino de Sahagun, *Histoire Générale des Choses de la Nouvelle-Espagne*. Paris, 1880; Frei Juan de Torquemada, *Monarquia Indiana*. Edição fac-similada da de 1723. México, 1943; H. Beuchat, *Manuel d'Archeologie Americaine*. Paris, 1912; George Peter Murdock, *Nuestros Contemporaneos Primitivos*. México, 1945; Herbert Ingram Priestley, *The Mexican Nation, a History*. New York, 1938; Capitan et Lorin, *Le Travail en Amérique avant et après Colomb*. Paris, 1930; J. Eric Thompson, *La Civilisation Aztèque*. Paris, 1934; George C. Vaillant, *Aztecs of Mexico*. New York, 1941; Herbert J. Spinden, *Ancient Civilizations of Mexico and Central America*. New York, 1928; Carlos Bosch Garcia, *La esclavitud prehispánica entre los Aztecas*. México, 1944; Raul D'Harcourt, *America antes de Colón*. Madri, 1926; José Antônio Saco, *Historia de la esclavitud de los Indios en el Nuevo Mundo*. Habana, 1932; e, sobretudo, a inestimável obra de Jacques Soustelle, *La vida cotidiana de los Aztecas en vísperas de la conquista*. México, 1956, a quem remetemos o leitor mais interessado no assunto.